



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL  
**HISTÓRIA DO TEMPO**  
**2021 PRESENTE**  
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



**TRABALHADORES (AS) NA MANCHETE:  
AS GREVES NO ALVORECER DA NOVA REPÚBLICA  
(SANTA CATARINA, 1986-1989)**

Geovanni Rocha Junior <sup>1</sup>

**Resumo:** A presente proposta tem como objetivo fazer uma análise sobre a cobertura do jornal *Diário Catarinense* acerca das greves que ocorreram em Santa Catarina entre 1986 e 1989. O aumento do número de paralisações envolveu várias categorias e não ficou restrito ao estado catarinense, visto que pelo Brasil afora vários setores cruzaram os braços como forma de reivindicar reposição salarial e propor condições mais dignas de trabalho. A corrente de opinião do *DC* alertou para o impacto dos movimentos grevistas nos setores produtivos, colocando em evidência os esforços empreendidos pelo governo federal, conduzido por José Sarney, na tentativa de estabilizar a economia do país. Neste sentido, a empresa de jornalismo projetou para o país o início de um novo tempo cujo protagonismo deveria ser da livre iniciativa, refutando os supostos “vícios” da intervenção estatal na economia. No que diz respeito às relações de trabalho, o *DC* defendeu novas formas de organização. O sindicalismo, por exemplo, deveria deixar para trás o legado dos governos varguistas de tutela e paternalismo. O discurso abriu a possibilidade para a defesa das ideias de flexibilização dos mundos do trabalho. Tal prerrogativa, porém, dividiu espaço com a mobilização das classes trabalhadoras organizadas que ocupavam as ruas e eram responsáveis por formular sentidos contrastantes com a linha editorial da empresa catarinense, requerendo, entre outras coisas, reposição salarial e estabilidade no emprego.

**Palavras-chave:** Greves, Nova República, Imprensa.

Esta apresentação envolve as investigações que foram realizadas durante o curso de mestrado no Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade do Estado de Santa Catarina (PPGH/UDESC). O resultado final da pesquisa ganhou forma com a dissertação intitulada “*A democracia dos desempregados: trabalhadores, redemocratização e imprensa (o caso de Santa Catarina, 1980-2000)*”, que foi defendida em agosto de 2019 e contou com o financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

---

<sup>1</sup> Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (PPGH/UDESC). Bolsista Promop. E-mail: geovanni.rochajr@gmail.com



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL  
**HISTÓRIA DO TEMPO**  
**2021 PRESENTE**  
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



O objetivo inicial da proposta passou pela tentativa de interpretar a repercussão das mobilizações grevistas e dos conflitos trabalhistas que alcançaram o espaço público em Santa Catarina durante as décadas de 1980 e 1990. Tornava-se necessário, portanto, averiguar as demandas e as reivindicações pleiteadas pelas classes trabalhadoras organizadas em meio a conjuntura política, econômica e social do período em questão. A hipótese lançada indicava que no Brasil as relações de trabalho sofreram inflexões importantes a partir da década de 1980, que acabaram se consolidando na década seguinte. Segundo Marcio Pochmann (2005, p. 197-198), entre “1989 e 1999, a quantidade de desempregados ampliou-se de 1,8 milhões para 7,6 milhões, com aumento da taxa de desemprego aberto passando de 3,0% da População Economicamente Ativa para 9,6%”. Ainda segundo o autor, os postos de trabalho gerados nos anos de 1990 tinham como característica a precariedade, “a cada 5 ocupações criadas, 4 referiam-se ao conjunto de trabalhadores autônomos, sem remuneração e assalariados sem registro formal”. Os dados apurados nos primeiros meses de pesquisa sinalizavam que uma incursão nos debates que atravessaram a imprensa durante o período poderia revelar aspectos cruciais e, por conseguinte, ajudaria a entender a fragmentação e as novas formas de ser do trabalho no século XXI.

O estado de Santa Catarina, desse modo, configurou-se como um ponto de partida interessante para a delimitação dos limites e das potencialidades desta pesquisa. Na tentativa de analisar como setores da imprensa de Santa Catarina acompanharam as transformações dos mundos do trabalho (HOBSBAWM, 2015) entre as décadas de 1980 e 1990, optou-se pela investigação de dois periódicos: o jornal *O Estado* e o jornal *Diário Catarinense*. Embora cada veículo impresso tenha sua própria trajetória, eles ilustram como a imprensa fomentou imaginários, edificou expectativas e narrou as mudanças transcorridas no âmbito das relações políticas e sociais na segunda metade do século XX. Pode-se afirmar, portanto, que a imprensa ocupa um vetor importante nos debates realizados diante da sociedade e da opinião pública, sendo fundamental problematizar o seu papel (BIROLI; MIGUEL, 2017). De maneira geral, buscou-se avaliar como as narrativas produzidas pelos jornais analisados, assim como as suas articulações políticas, contribuíram para a formação de práticas e representações sociais que deram sentido às mudanças das relações de trabalho em meio às



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL  
**HISTÓRIA DO TEMPO**  
**2021 PRESENTE**  
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



mobilizações grevistas protagonizadas pelo impulso reivindicativo dos sindicatos entre as décadas de 1980 e 1990.

Do ponto de vista metodológico, quando se iniciou a coleta das fontes, outras dúvidas vieram à tona. A primeira delas diz respeito a como localizar em um “mar” de informações o assunto “trabalho”. Para isso, uma sondagem preliminar amparada em leituras realizadas sobre o tema fora essencial na criação de uma tabela com datas e eventos que possivelmente “obrigariam” os veículos impressos a abordarem o “trabalho” e os “trabalhadores”. Datas indicando a ocorrência de greves gerais, a fundação de sindicatos, bem como alguns marcos como os debates travados em torno da constituição de 1988, ajudaram no manuseio do material físico.

O tempo de pesquisa na Biblioteca Pública de Santa Catarina, local que salvaguarda os documentos pesquisados, rendeu a compilação de 527 matérias, que juntas reuniram notícias, editoriais, colunas de opinião, imagens e capas de jornais. Deste montante, 431 matérias foram retiradas do jornal *Diário Catarinense* e 96 do jornal *O Estado*. Após a coleta das fontes, efetuou-se um procedimento minucioso de catalogação e análise preliminar, por meio da qual cada matéria, depois de lida, teve suas indicações descritas em tabelas que continham os seguintes dados: *jornal e edição, data, título, assunto, resumo e número da página*. Esses dados possibilitaram o fracionamento das informações em temas comuns por meio do auxílio de planilhas eletrônicas. Sendo assim, notou-se que do total de 527 matérias, 267 versavam sobre assuntos inerentes às *greves* e aos *conflitos trabalhistas*, 57 sobre *desemprego e crise*, 54 sobre o *Diário Catarinense* e seus *projetos*, 43 sobre *relações de trabalho flexíveis*, 22 sobre *ideias associadas ao neoliberalismo*, 20 sobre a *organização sindical*, 18 sobre *políticas salariais*, 16 sobre *redemocratização*, 14 sobre o *cotidiano*, 11 sobre a *Constituinte* e 5 matérias foram classificadas como *outros assuntos*.

Cabe destacar que esses temas de forma alguma devem ser tomados como definidores e imutáveis, eles possuem, na verdade, relações intrínsecas entre si. Por exemplo: uma matéria classificada no tema *desemprego e crise* pode estar diretamente associada com outra matéria classificada sob o tema *redemocratização*. O fracionamento das informações, no entanto, permitiu organizar da melhor forma os resultados da pesquisa. Os procedimentos de



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL  
**HISTÓRIA DO TEMPO**  
**2021 PRESENTE**  
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



ordem metodológica em conjunto com o referencial teórico, conformam aquilo que Michel de Certeau (1982) chamou de operação historiográfica.

Entre as décadas de 1980 e 1990, em meio às alternâncias no mundo do trabalho ocasionadas pelo alto índice de desemprego, pela abertura comercial e pelas privatizações em série, os trabalhadores agiram e não assistiram atônitos aos acontecimentos que estavam ao seu redor, sobretudo os sindicatos que participaram da elaboração da matriz discursiva dos novos movimentos sociais da década de 1970 (SADER, 2001). Seja por meio da organização sindical ou através de outros mecanismos de atuação, alguns trabalhadores buscaram defender seus interesses e construir novos canais de participação política. Segundo Santana (2011, p. 4), para enfrentar um novo momento “o sindicalismo brasileiro desenvolveu diversas ações grevistas, algumas portadoras de componentes de impacto”. Para o autor (2011, p. 7-8), enquanto nos anos de 1980 os sindicatos possuíam como principal prioridade de luta a questão econômico-salarial, na década de 1990 o desemprego e a precariedade do trabalho assumiram o primeiro plano das lutas sindicais. A greve foi um dos instrumentos utilizados pelos trabalhadores durante o período aqui retratado. Ir para as ruas e apresentar as pautas requisitadas por um contingente de pessoas, abria a possibilidade de negociação e a expectativa de assegurar os direitos adquiridos em outros tempos. Nessas ocasiões, os conflitos trabalhistas entravam na pauta do dia e eclodiam nas páginas da imprensa, inclusive em Santa Catarina, estado da federação que não possuía um operariado com características combativas.

Atentar para a relação entre as greves, os conflitos trabalhistas e a imprensa, significa perceber aspectos históricos que permanecem até os dias atuais e suscitam debates sobre a mudança das relações de trabalho na contemporaneidade. Entre rupturas e permanências, a análise referente à formatação do mundo do trabalho no contexto do processo de redemocratização brasileiro pode fornecer importantes contribuições para se compreender a tendência de arrefecimento dos conflitos trabalhistas que chegam até o presente. A temática proposta está inserida nas diretrizes da História do Tempo Presente, pois caminha no contraditório, no inacabado, lida com a incerteza e com a instabilidade. Segundo Henry Rousso (2016, p. 18), a “particularidade da história do tempo presente está em que ela se interessa por um presente que é o seu, em um contexto em que o passado não está nem



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL  
**HISTÓRIA DO TEMPO**  
**2021 PRESENTE**  
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



acabado, nem encerrado, em que o sujeito da sua narração é um ‘ainda-aí’”. Um exemplo desta afirmação diz respeito às propostas de flexibilização do trabalho e de “modernização” das leis trabalhistas, que ganharam espaço com a reforma trabalhista de 2017. Para entender tal processo histórico, é indispensável se ater às tramas e aos conflitos que ganharam forma a partir da década de 1980. Enquanto os editoriais dos jornais analisados flertavam com os valores neoliberais, as greves abriram perspectivas dissonantes de uma Nova República que ficou marcada pelo conflito, mas também pela frustração (FREIRE; MARTINHO, 2012).

Descrever os anos de 1980 como o período da década perdida tornou-se uma espécie de “consenso” no âmbito econômico. Em parte, a expressão remete ao baixo crescimento dos países latino-americanos, cujo retrato pode ser comprovado segundo alguns números, como o índice de desemprego, o aumento da dívida externa, o baixo desempenho do PIB, a alta inflação e a desaceleração da produção industrial. No Brasil, uma pesquisa sobre os indicadores de pobreza na chamada “década perdida”, divulgada pelo IPEA em 1992, apontava que “o comportamento errático da economia nos anos 1980 marcou a inflexão das taxas de crescimento acelerado ininterrupto que prevaleceram nas três décadas anteriores”. Com o título “*O que mostram os indicadores sobre a pobreza na década perdida*”, o estudo do IPEA procurava interpretar a situação social do país considerando a renda e a condição de vida da população.<sup>2</sup> A incidência das desigualdades esteve presente nesses anos, porém, para tentar compreender de uma forma ampla a realidade social no período, uma abordagem exclusivamente econômica tende a esconder a dinâmica das mobilizações de diversos atores. É mais prolífero identificar os efeitos da crise e a forma na qual as pessoas reagiram aos impactos econômicos. Em muitos veículos de comunicação, por exemplo, as manchetes sinalizavam, ainda que de maneira tênue, a presença de aspectos culturais voltados ao chamado “novo capitalismo” (SENNETT, 2008) em meio aos conflitos sociais que marcaram o início da Nova República.

Durante o processo de redemocratização brasileiro, uma parcela das classes trabalhadoras organizadas desempenhou um importante papel na redefinição do sistema político, explorando as brechas disponíveis de uma transição controlada pelo alto. Os anseios

---

<sup>2</sup> SILVA, Luiz Carlos Eichenberg (coord.). O que mostram os indicadores sobre a pobreza na década perdida. Disponível: [http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=3300](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=3300) Acesso: 20/06/2018.



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL  
**HISTÓRIA DO TEMPO**  
**2021 PRESENTE**  
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



e as práticas sociais que acabaram alcançando o espaço público, esbarraram nas escolhas políticas apresentadas durante os anos de 1990. Segundo Marcio Pochmann (2005, p. 191), durante a década de 1990, o Brasil passou por um processo de inserção na economia mundial. Dentro desse panorama um novo modelo econômico assentado na desregulamentação comercial e financeira foi adotado, o estado, por sua vez, teve suas funções redefinidas e o mercado de trabalho passou por consideráveis mutações. “O eixo do conjunto das reformas implementadas durante os anos 90 esteve comprometido com à integração do Brasil à economia internacional”, afirma o autor. Esse conjunto de reformas reporta aos preceitos de uma ideologia que atende ao que ficou conhecido como neoliberalismo (HARVEY, 2008). As ideias difundidas por essa teoria pregam a organização social através da liberdade individual, da liberdade empresarial, do direito à propriedade privada, do livre comércio e da redução do estado. Para David Harvey (2007, p. 2), o neoliberalismo detém uma trajetória histórica e representa mais que um conjunto de ideias uníssonas, pois carrega um discurso que adquiriu vários adeptos e tornou-se hegemônico no senso comum. Para o autor, os “defensores do caminho neoliberal ocupam posições de considerável influência na educação (universidades e muitos think-tanks), na mídia, nos conselhos empresariais e em instituições financeiras”. Além de atuarem nas “instituições internacionais como o FMI e a OMC, que regulam as finanças e o comércio global”. Dentro de um parâmetro mundial, o eixo de mudança organizacional do capitalismo e a ascensão do neoliberalismo ocorreu a partir dos rearranjos sofridos pelo sistema em meados da década de 1970, principalmente após a chamada crise do petróleo.

A transformação estrutural sofrida pelo capitalismo nesse tempo foi incrementada pelos governos exercidos durante a década de 1980 por Margareth Thatcher na Inglaterra, e Ronald Reagan nos EUA. Sendo assim, despontaram novas formas de acumulação que diferiam das opções apresentadas pelo chamado estado de bem-estar social vigente nos países de economia central após a Segunda Guerra Mundial (HOBBSAWM, 1995, p. 253-281). “Sob a regência do mundo do mercado, incentivaram-se as privatizações e as desregulamentações de todo tipo, da economia às relações trabalhistas, do mundo financeiro às leis fiscais” (ANTUNES; POCHAMNN, 2007, p. 197). As novas formas de organização do capitalismo postas em prática, alteraram as estruturas institucionais, as relações sociais, os



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL  
**HISTÓRIA DO TEMPO**  
**2021 PRESENTE**  
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



modos de vida, os códigos comportamentais, os valores compartilhados socialmente e as próprias relações de trabalho. Modificando, de forma decisiva, as experiências vivenciadas e as expectativas construídas pelos trabalhadores. Os efeitos da mudança de ordem do capitalismo mundial sobre as relações de trabalho foram identificados por meio do aumento do desemprego, da precarização do trabalho e da perda dos direitos trabalhistas.

Para Richard Sennett, uma das características do que o autor chama de “novo capitalismo” é o trabalho flexibilizado. Dessa maneira, o caráter pessoal dos indivíduos vem sendo afetado diretamente, tendo em vista que não conseguem construir expectativas de longo prazo de acordo com as suas próprias experiências de vida, já que o novo modelo capitalista é pautado em relações de curto prazo, flexíveis, fragmentadas e não duráveis. Ainda segundo o autor, tal fenômeno trouxe novas formas de se conceber o tempo, cujas consequências são o esvaziamento dos sentidos e a perda da identidade social experimentada pelos assalariados (SENNETT, 1999, p. 13-33).

As complexas fórmulas que regulamentam os mundos do trabalho na contemporaneidade, portanto, derivam da reconfiguração do capitalismo em escala global verificada a partir da segunda metade do século XX com a ascensão do neoliberalismo. No Brasil, esse conjunto de ideias ganhou maior consistência durante as décadas de 1980 e 1990. Em tal cenário, no qual estava em questão o processo de redemocratização com o fim da ditadura militar e o horizonte de vigência democrática, alguns setores da grande imprensa tornaram-se importantes atores na difusão de determinados preceitos que remetem a esse conjunto de ideias. Assim, notáveis veículos de comunicação passaram a tecer críticas contundentes à interferência do Estado na condução da política econômica.

As greves e os conflitos gerados em torno do trabalho na Nova República tomaram as páginas dos jornais analisados a partir da segunda metade da década de 1980. Uma pequena nota no editorial do jornal *Diário Catarinense*, em maio de 1986, retrata a mobilização grevista de uma parcela dos trabalhadores catarinenses. Em Criciúma, Içara e Siderópolis, cerca de dez mil mineiros entraram em greve, caminho semelhante foi seguido pelos vigilantes, vigias e guardas de segurança, que também paralisaram suas atividades em todo estado. É possível destacar a greve da Fundação Tupy, que ocorreu em 1985 na cidade de Joinville; a greve do funcionalismo público estadual, que ocorreu em 1987; e a greve dos



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL  
**HISTÓRIA DO TEMPO**  
**2021 PRESENTE**  
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



trabalhadores das indústrias têxteis de Blumenau, que ocorreu em 1989. A eclosão das greves não se restringiu a Santa Catarina, visto que pelo Brasil afora várias categorias cruzaram os braços como forma de reivindicar reposição salarial e propor condições mais dignas de trabalho. A corrente de opinião do jornal alertava para o impacto dos movimentos grevistas nacionais nos setores produtivos, colocando em evidência os esforços empreendidos pelo governo federal na tentativa de estabilizar a economia do país (*Diário Catarinense*, 13/05/1986, p. 4). Isso porque, em fevereiro de 1986, o presidente José Sarney anunciou a criação de uma nova moeda em substituição ao cruzeiro, tal ato pôs em prática o Plano Cruzado. Com a crise do endividamento externo que assolava a economia brasileira, o controle da inflação era o grande desafio que se impunha a partir da criação de outra moeda. Pensado em curto prazo, o plano corroborou para as vitórias eleitorais do PMDB, partido do então presidente. No entanto, em médio prazo as medidas adotadas mostraram ser insuficientes para conduzir a estabilidade da inflação (SINGER, 2014, p. 183-231).

O *Diário Catarinense*, que entrou em circulação no mercado de impressos de Santa Catarina em 1986, e que esteve alinhado aos grupos empresariais e conservadores do estado, apresentou um projeto gráfico arrojado, mas além disso a sua linha editorial projetou para o país o início de um novo tempo com o protagonismo da livre iniciativa, refutando, assim, os supostos vícios da intervenção estatal na economia. A partir desta narrativa, verifica-se a disputa de demandas em torno da Carta Constitucional de 1988. No que diz respeito às relações de trabalho, o *DC* defendia novas formas de organização. O sindicalismo, por exemplo, deveria deixar para trás o legado dos governos varguistas de tutela e paternalismo. Esse discurso abriu a possibilidade para a defesa das ideias de flexibilização nos mundos do trabalho. Tal prerrogativa, porém, dividiu espaço com a mobilização das classes trabalhadoras organizadas, que ocupava as ruas requerendo reposição salarial frente à instabilidade econômica. O número de greves nesse período aumentou significativamente, caracterizando um ponto relevante do ciclo que se iniciou, segundo Noronha (2009, p. 119-168), em 1978.

Com a institucionalização da chamada Nova República, os jornais analisados trataram de criar enredos com o objetivo de acomodar os conflitos trabalhistas que estavam em curso. Os movimentos de trabalhadores organizados em sindicatos tomaram as ruas em forma de protesto e greves. A chegada dos anos de 1990 no Brasil, no entanto, representou para o





IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL  
**HISTÓRIA DO TEMPO**  
**2021 PRESENTE**  
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



âmbito do trabalho o crescimento do desemprego e da informalidade, mas também do avanço tecnológico sobre vários setores produtivos. Às vésperas da virada para o século XXI, o repertório discursivo das fontes examinadas apontou a flexibilização das leis trabalhistas como única saída possível para a redução do desemprego e do trabalho informal, incorporando a tal demanda uma rejeição sistemática da CLT, que já vinha sendo vagorosamente criticada desde meados da década de 1980.

Por fim, ressalta-se que para avaliar os descaminhos e a desvalorização das conquistas dos/as trabalhadores/as no século XXI é fundamental questionar as narrativas e os enredos que foram estruturados ao longo da transição política brasileira. As práticas narrativas que circularam nos periódicos tiveram relevância no sentido de acomodar conflitos e reafirmar, no espaço público, as projeções feitas por entidades empresariais e figuras que integravam o governo de Santa Catarina, sobretudo no que diz respeito ao interesse em delimitar as relações de trabalho aos padrões culturais do chamado “novo capitalismo”. Setores do empresariado catarinense reivindicaram para si o protagonismo da crítica sistemática dirigida à CLT com o propósito de “atualizar” os dispositivos legais da legislação trabalhista ao “tempo” da Nova República.

## Referências

ANTUNES, R.; POCHMANN, M. A desconstrução do trabalho e a explosão do desemprego estrutural e da pobreza no Brasil. In: CIMADAMORE, A. D.; CATTANI, A. D. (Orgs.) **Produção de pobreza e desigualdade na América Latina**. Porto Alegre. Tomo Editorial/CLACSO, 2007.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. **Notícias em disputa: mídia, democracia e formação de preferências no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2017.

DE CERTEAU, Michel. A operação historiográfica. In: **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

FREIRE, Américo Oscar Guichard; MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. Lembrar abril: as historiografias brasileira e portuguesa e o problema da transição para a democracia. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, v. 5, n. 10, p. 124-145, 2012.



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL  
**HISTÓRIA DO TEMPO**  
**2021 PRESENTE**  
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



HARVEY, David. Neoliberalismo como Destruição Criativa. **INTERFACEHS** – Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente – v. 2, n. 4, Tradução, ago. 2007.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HOBBSAWM, Eric. **A era dos extremos: o breve século XX 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letas, 1995.

HOBBSAWM, Eric. **Mundos do trabalho**. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

NORONHA, Eduardo. Ciclo de greves, transição política e estabilização: Brasil, 1978-2007. **Lua Nova**, São Paulo, 76: pág. 119-168, 2009.

POCHMANN, Marcio. Efeitos da internacionalização do capital no mundo do trabalho no Brasil. In.: **Nafta y Mercosur: Procesos de abertura económica y trabajo**. Buenos Aires: Colección Grupos de Trabajo de CLACSO, 2005.

ROUSSO, Henry. **A última catástrofe: a história, o presente e o contemporâneo**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 4ª edição 2001.

SANTANA, Marco Aurélio. O sindicalismo brasileiro nos anos 1980-2000: do ressurgimento à reorientação. Estudos do trabalho. **Revista da Rede de Estudos do Trabalho**, Ano V – número 8, 2011.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SENNETT, Richard. **A cultura do novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SINGER, Paul. O processo econômico. In: REIS, Daniel Aarão (Coordenador). **Modernização, ditadura e democracia: 1964-2010**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.